

A EDIÇÃO MÉDIA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

por ASTÉRIO CAMPOS, S. D. B.

Professor da Faculdade de Biblioteconomia
e Informação Científica da Universidade de Brasília.

RESUMO: A propósito da publicação da edição média em língua portuguesa da CDU, o autor faz algumas considerações acerca das objeções que se levantam contra o uso da CDU, e as possibilidades da sua aplicação num sistema mecanizado ou electrónico da restituição da informação.

Concerning the publication of the UCD Medium Edition in Portuguese, the author speaks about the objections which are raised against the use of UCD and the possibility of their application to a mechanized or electronic system of information retrieval.

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) deverá publicar, em futuro próximo, a edição média da CDU. Este fato, que emerge como uma opção de largo alcance para a biblioteconomia brasileira, constitui o objeto central de nossas reflexões aqui. Devendo relatar, em rápida síntese, alguns dos problemas e dificuldades surgidos durante a preparação desse trabalho, pareceu útil, senão imprescindível, iniciar nossa exposição por uma justificativa dessa decisão. A ninguém parecerá estranha tal atitude desde que tenha conhecimento da intensidade e extensão das objeções que ainda hoje, e sobretudo hoje, se levantam contra o uso da CDU, quer como arranjo de livros nas estantes das bibliotecas, quer como instrumento de recuperação bibliográfica no serviço de documentação e informação científica. Não sendo possível dar igual atenção a todos os pontos de vista dos opositores, limitar-nos-emos àqueles que parecem mais fundamentais e que, a serem verdadeiros e autênticos, tornariam sem sentido a decisão tomada pelo IBBB.

Nosso primeiro problema, por conseguinte, poder-se-á formular da seguinte maneira: tendo em vista os imensos progressos realizados pela documentação com a utilização de processos mecânicos e eletrônicos — processos que terminarão por serem introduzidos nos países em vias de desenvolvimento — como se pode justificar que, num país como o nosso em procura de caminhos rápidos para acelerar o próprio desenvolvimento, se dê incremento à CDU,

quando consta que tal sistema se acha definitivamente superado e não há perspectiva do seu aproveitamento no serviço de documentação de amanhã? Numa palavra, os novos métodos da informação científica parecem excluir a possibilidade da utilização da CDU, cujas estruturas se acham envelhecidas.

Se dermos crédito aos adversários, a iniciativa do IBBB não tem justificativa e é descabida. A opinião de Grolier, expressa em livro publicado pela UNESCO, é muito significativa e representa a de muitos outros. Diz textualmente: «Não é possível RENOVAR a CDU além de determinados limites — do contrário tornar-se-ia outro sistema. Em força das circunstâncias ela será sempre uma classificação do «tipo fortemente estruturado» de Mooers — e este tipo de classificação não é adotado às atuais exigências da recuperação automática da informação» (1).

A argumentação de Grolier pode ser sintetizada da seguinte maneira: a CDU é um sistema hierarquizado, e os sistemas hierarquizados estão definitivamente superados e são impróprios para a recuperação eletrônica da informação. Mais do que os termos desta proposição, interessa-nos o contexto da argumentação de que procede como conclusão. Esse contexto nos mostra que, ao combater as chamadas classificações hierarquizadas, muitos dos opositores da CDU, na realidade, fazem oposição a qualquer interpretação estruturada do conhecimento humano (2). Como classificar não é uma técnica arbitrária, mas tem que se guiar, como qualquer outra atividade humana ordenada, por princípios lógicos (não é admissível que se queira fazer da classificação bibliográfica algo de arbitrário), então parece imprescindível estabelecer uma análise dos princípios básicos dessa mesma atividade. Os adversários da interpretação estruturada do conhecimento humano, e por conseguinte também das classificações bibliográficas estruturadas e objetivadas, aplicam à CDU o epíteto depreciativo de aristotelismo. Falam de visão aristotélica (há também os que se referem a uma visão hegeliana (3) do saber humano dominante na CDU). É óbvio que se bastasse apenas uma etiqueta de cunho filosófico para resolver o problema em pauta, diríamos que a atitude assumida pelos adversários é, em muitos casos, de tipo empiricocriticista à moda de Mach. Mas é também óbvio que com isto não teríamos dado nem sequer um passo na solução da dificuldade. Prescindimos, portanto, da acusação, já um tanto enfadonhamente repetida, de aristotelismo nas estruturas da CDU. Procuraremos, ao invés, sem ultrapassar os limites da ciência documentária, verificar se têm consistência algumas das acusações mais radicais formuladas contra a CDU. Num primeiro momento examinaremos se a recuperação bibliográfica, no nível da pesquisa científica, aceita ou postula uma visão estruturada do material bibliográfico. Em seguida, tentaremos reforçar a tese fundamental da natureza estrutural do conhecimento científico.

(1) GROLIER, Éric de — *A study of general categories applicables to classification and coding in documentation*. Paris, Unesco, 1962, p. 42.

(2) SHERA, Jesse H. — *Pattern, structure and conceptualization in classification for information retrieval*. In: «Information systems in documentation». New York, Intersciences Publishers, 1957, v. 2, p. 30.

(3) TAUBE, Mortimer — *Classification today-shadow or substance*. In: «The role of classification in the modern american library. Illinois, The University of Illinois Graduate School of Library Science, 1959, p. 40.

Só por fim recordaremos ligeiramente as experiências já realizadas, com resultados positivos, do emprêgo da CDU em computadores eletrônicos.

1. Existe, à luz da técnica documental, exigência ou mesmo justificação de uma apresentação estruturada do conhecimento humano, ou a recuperação da informação científica processa-se de maneira mais completa por meio da fragmentação atomística do mesmo conhecimento? Antes de dar uma resposta a esta pergunta, lembremos que a recuperação da informação científica pode realizar-se de três maneiras fundamentais. É possível, em primeiro lugar, obter uma informação inteiramente desligada de qualquer outra. É o tipo de informação que o arranjo alfabético dos cabeçalhos de assunto normalmente nos fornece. Chamemos a esta maneira de recuperar a informação de recuperação atomística. Ela pode ser, em determinadas circunstâncias, satisfatória. Mas não é difícil verificar que, na maioria dos casos, é insuficiente por não atingir aquela densidade lógico-informativa que o pesquisador, em muitos casos, procura ou poderia procurar. E a razão é simples. Sendo o conhecimento humano, em nível científico, fundamentalmente estruturado, como a seguir melhor examinaremos, qualquer fragmentação ou atomização que nele se processe o empobrece.

Mas é possível dar um passo no aperfeiçoamento da recuperação bibliográfica quando, por meio de relacionamentos extrínsecos, se estabelecem relações entre os vários átomos da informação. É o caso das chamadas referências cruzadas e também dos conhecidos descritores. Há aqui, inegavelmente, um avanço em relação ao processo anterior. Entretanto, a informação com verdadeira densidade bibliográfica só é atingida quando cada átomo de informação se apresenta unido aos demais átomos com os quais mantém relacionamentos anteriormente descobertos ou estipulados. Numa palavra, não sendo o conhecimento humano, em nível de ciência, de tipo atomístico, mas estruturado, também a boa técnica de recuperação bibliográfica deverá ser também de tipo estruturado e não atomístico. Esta é apenas uma verificação de fatos, independente de qualquer tomada de posição filosófica, aristotélica ou hegeliana. Atomizar a informação, separando-a em fragmentos estanques e autônomos, é desconhecer a verdadeira índole do conhecer humano. Foskett, em artigo publicado recentemente (1), diz que os advogados dos sistemas de recuperação mecânica da informação convenceram-se de que os sistemas de classificação atualmente existentes estão superados, mas viram-se forçados a reintroduzi-los clandestinamente sob a forma de «thesaurus». A mesma observação poderia ser feita a respeito dos chamados descritores. Tal a força exigitiva da informação estruturada para o bom êxito da pesquisa. E a razão apresentada pelo autor é que o conhecimento verdadeiramente científico não é uma acumulação de fatos, mas uma estruturação destes em sistemas coerentes. Ernest Nagel nos mostra igualmente (2) que o objetivo da ciência só é atingido

(1) FOSKETT, D. J. — *Public knowledge and the social dimension of librarianship*. «Journal of librarianship». London 1:71-72, 1969.

(2) NAGEL, Ernest. — *La estructura de la ciencia; problema de la lógica de la investigación científica*. Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 17.

quando, depois de isolar certas propriedades do assunto estudado, se estabelecem padrões de dependência que governam a inter-relação daquelas propriedades e que, quando uma investigação obtém êxito, proposições que até então pareciam independentes surgem como ligadas umas às outras num sistema de explicações. Estas observações, que poderiam multiplicar-se, procedentes de outras autoridades no assunto, servem para realçar o valor da estruturação bibliográfica. O mesmo Foskett conclui com a afirmação explícita de que nenhum método de indexação baseado apenas na ordenação alfabética dos conceitos pode resolver satisfatoriamente o problema da pesquisa científica. Em síntese: não sendo o conhecimento humano, em nível de ciência, de caráter atomístico mas estruturado, a recuperação da informação científica não pode proceder senão de modo estruturado.

Resta-nos examinar com maior cuidado a tese fundamental da natureza estrutural do conhecimento científico que foi utilizada como premissa para a conclusão a que chegamos a respeito da estruturação do material bibliográfico. Faz-se mister que nos detenhamos ainda na análise do conhecimento científico já que constitui base da nossa argumentação.

II. O que caracteriza a experiência humana do conhecer é ser ela radicalmente pervadida de esquemas. Dizemos que o conhecimento humano é constituído de dois elementos que se interpenetram: o elemento intuitivo, diretamente fornecido pela experiência, e o elemento estrutural ou esquemático-abstrativo, resultante de uma operação da mente. Se quiséssemos usar uma linguagem antiga, para alguns um tanto comprometedora, diríamos que a experiência do conhecer resulta da união do elemento material fornecido pela intuição com o elemento formal fornecido pela razão. A operação mental de que resultam tais esquemas ou estruturas chama-se abstração ou generalização. É por meio dos conceitos abstratos, ou esquemas mentais, que o espírito humano penetra e domina a realidade que o circunda. Pensar é, assim, elaborar conceitos a fim de compreender e dominar a circunstância que desafia, para lembrar a terminologia de Ortega. Mas êsses conceitos acham-se naturalmente relacionados entre si. Que a ciência seja uma estruturação de conceitos, ou, para usar a terminologia hoje preferida, uma linguagem bem feita, ninguém ousará contestar. Todos reconhecem, por exemplo, nos Elementos de Euclides uma obra decisiva no surgimento do espírito científico do Ocidente. Qual a razão disto? A historiografia moderna nos ensina que muitos dos teoremas contidos nos Elementos eram conhecidos antes de Euclides. O 5.º livro, por exemplo, expõe investigações já realizadas por Eudoxo, sem falar dos dois primeiros livros que apenas reúnem conceitos e teoremas já analisados na antiga escola pitagórica. Há quem afirme, com certo fundamento, que a ordem dos argumentos tratados nos 13 livros segue fielmente a ordem em que foram tratados pelos matemáticos gregos que viveram entre o século de Pitágoras e o de Euclides (1). Por outro lado, a crítica moderna encontrou falhas na obra de Euclides. Onde então o grande mérito que constantemente lhe é atribuído de quase fundador da ciência, como atividade cognoscitiva diversa da filosofia? A resposta parece simples. O valor dos

(1) GEYMONAT, L. — *El pensamiento científico*. Buenos Aires, Eudeba, 1961, p. 15.

Elementos não consiste no fato de ter apresentado novidades de conteúdo no campo das matemáticas, mas no de ter, pela primeira vez, catalogado de maneira sistemática os conceitos da geometria, estruturando-os com rigor de modo a dar-lhe certa unidade. O seu valor como esforço metodológico para a criação de uma linguagem científica rigorosa é inegável. Pouco importa que matemáticos gregos, egípcios ou babilônios tenham conhecido antes dele muitos dos teoremas por ele estudados. Resta a verdade que antes dele ninguém construiu um edifício científico tão harmonioso que nos proporciona o primeiro exemplo de estruturação rigorosa em determinado campo do saber, assim como valioso exemplo de linguagem científica. Há certa analogia entre os Elementos de Euclides e a CDU. As falhas da CDU são inegáveis. Mas, sem dúvida alguma, ela representa, até certo ponto, esforço válido no sentido de uma estruturação racional do material bibliográfico e também uma tentativa útil de criação de uma linguagem bibliográfica dotada de universalidade e rigor.

Partindo, por conseguinte, do princípio segundo o qual os esquemas mentais do conhecimento humano atingem o nível de ciência quando se articulam entre si de maneira lógica e coerente, temos que chegar à conclusão que a classificação dos documentos registradores do conhecimento humano deverão também receber uma estruturação lógica e coerente. Vemos, portanto, que a classificação documental, como atividade técnico-científica, tem uma de suas raízes ou extremidades no processo de sistematização ou esquematização do conhecimento humano, ou seja, na lógica aplicada ou metodologia, e a outra nas exigências pragmáticas da recuperação rápida e eficiente da informação. Ao fazer tal afirmação, não queremos de modo algum dizer que a classificação documental ou bibliográfica deva repetir necessariamente as famosas classificações elaboradas pelos filósofos. É preciso ter em mente, antes de tudo, a finalidade que move filósofos e documentalistas ao elaborar as respectivas classificações. Os primeiros pretendem apresentar algo de definitivo e necessariamente verdadeiro. Os segundos, ao invés, desejam apenas tornar eficiente a pesquisa do material bibliográfico. É este aspecto pragmático da documentação que pode incomodar os filósofos demasiado rígidos e levá-los a clamar contra determinados esquemas de classificação. Esquecem que o documentalista não pretende fazer filosofia. Na indistinção entre estes dois tipos de classificação reside possivelmente uma das fontes de maiores mal-entendidos a respeito da CDU e, em geral, em relação a todos os sistemas de classificação estruturados e objetivados. Há os que, herdeiros inconscientes de uma concepção da ciência hoje totalmente superada, acusam os esquemas da CDU de inconsistentes ou de consistentes demais. Esquecem que a CDU não pretende ser uma filosofia e não tomam consciência de que esta atitude mental repousa sobre uma visão da ciência como algo absoluto, definitivo. A ciência lhes aparece como visão de essências imutáveis ou formulação definitiva das leis que regem o universo. Daí o mal estar para uns, perante as frágeis estruturas das várias classificações bibliográficas e, para outros, perante a rigidez excessiva com que lhes parecem determinados sistemas de classificação documental. Mas a ciência, de caráter absoluto, sonhada pelos positivistas, destinada não só a suplantar a metafísica, mas a resolver todos os problemas, é hoje um mito e um sonho.

A crise que se alastrou, de há muito, nos alicerces mesmos da reflexão científica, mostrou a insensatez dos esquemas rígidos e definitivos. Podemos repetir com Popper (1) que um dos traços característicos da atividade científica é hoje a crítica das concepções existentes, o lançamento de novas hipóteses, a explicação, a previsão, o contrôlo das previsões, de modo que as afirmações irrefutáveis não fazem mais parte da ciência, e sim dos mitos. A falsificabilidade ou refutabilidade de suas asserções é o que, segundo Popper, caracteriza hoje a verdadeira ciência. Dentro deste ponto de vista não cabe investigar se as estruturas da CDU são aristotélicas ou hegelianas. Cabe saber se são eficientes e operacionais na função a que se destinam.

III. Uma vez admitida a exigência fundamental da estruturação bibliográfica, como consequência do caráter estruturado do conhecimento humano em nível de ciência, resta-nos tomar conhecimento rápido de algumas das experiências realizadas com êxito do aproveitamento das estruturas da CDU em computadores eletrônicos. Ao invés de referir uma a uma as várias experiências já realizadas parece mais oportuno recordar as conclusões a que chegaram alguns dos membros das comissões que estudam o problema. As conclusões a que chegaram, por exemplo, Robert Freeman e Pauline Atherton do Instituto de Física dos Estados Unidos são as seguintes: 1) Não existe mais nenhuma dúvida sobre a possibilidade de utilização da CDU nos sistemas mecanizados de recuperação bibliográfica. 2) A CDU, como se apresenta atualmente, não pode funcionar num sistema mecanizado com a mesma eficiência de uma linguagem designada especificamente para este fim, mas não existem barreiras para o uso com êxito da CDU no processamento em série ou no modo interativo. Uma informação mais minuciosa sobre o problema que estamos abordando pode ser encontrada nas referências bibliográficas que acompanham o trabalho de Robert Freeman e Pauline Atherton apresentado à FID em Junho de 1967 (2).

Se passarmos agora aos problemas concretos que surgiram no decurso do trabalho de preparação da edição brasileira das tabelas médias da CDU, convém, antes de tudo, relembrar como apareceram tais tabelas. No prefácio da edição alemã, que serve de texto-padrão para as demais edições, diz-se que, a partir de 1954, começou-se a sentir a necessidade de tabelas que fôsem mais amplas que as abreviadas, existentes desde 1934, e menos minuciosas que as tabelas desenvolvidas. A Comissão Central de Classificação (CCC) da Federação Internacional de Documentação (FID) criou um grupo de trabalho constituído pelos senhores Geoffrey A. Lloyd, Einar Ohman, René Dubuc, André van der Laan, Javier Lasso de la Vega e Georges Lorphève. O programa inicial consistia em obter um manuscrito que contivesse 25%, aproximadamente, da edição desenvolvida. Pensou-se logo de início numa diminuição proporcionada ao conteúdo das tabelas de modo a corrigir de algum modo o desequilíbrio já verificado entre as matérias técnicas e as demais partes da tabela. Mas a sequência dos trabalhos

(1) POPPER, K. R. — *The logic of scientific discovery*. London, Hutchinson, 1959.

(2) FREEMAN, Robert; ATHERTON, Pauline — *File organization and search strategy using the universal decimal classification in mechanical reference retrieval systems*. New York, American Institut of Physics, 1967. 30 p.

trouxe à comissão a convicção de que não era possível efetuar uma redução sistemática das tabelas já que o desequilíbrio nelas existentes, com o predomínio das matérias técnicas, deriva de uma realidade inegável e indestrutível: a maior ou menor solicitude dos especialistas interessados em colaborar na adaptação do seu campo de especialização aos progressos da ciência e da técnica. Dêste modo, continua, nas tabelas médias, o predomínio das matérias técnicas. Será fácil verificar. A classe 6 (Ciências Aplicadas) ocupa sozinho seis volumes da atual tradução, enquanto a classe 5 (Ciências Puras) ocupa apenas dois volumes, a classe 3 (Ciências Sociais) apenas um, e as classes 0 (Generalidades), 1 (Filosofia) e 2 (Religião) juntas apenas completam um volume. As tabelas auxiliares foram conservadas quase na íntegra.

Podem-se salientar alguns aspectos das tabelas médias existentes nas tabelas desenvolvidas mas muito pouco postas em relêvo nas tabelas reduzidas. Trata-se das subdivisões com O que ajudam a facetar o assunto classificado. Merece também especial menção a advertência constantemente repetida, nas secções mais importantes, da possibilidade de subdivisões por meio de : (dois pontos).

Temos a firme convicção de que a edição brasileira das tabelas médias da CDU será acompanhada de bem elaborado índice alfabético de assunto, com o que ela poderá enriquecer-se enormemente. Quanto à nomenclatura científica, é de todos conhecida a dificuldade que devem enfrentar todos os que manejam a nossa língua, sobretudo em determinados setores. É certo que muitas incorreções poderão aparecer. Mas é preciso lembrar que as atuais tabelas estão sendo submetidas à correção, não apenas de bibliotecários, mas também de especialistas nos vários ramos do saber humano. É possível que a mesma publicação das tabelas ajude a fixação da nossa ainda incerta nomenclatura científica.